REVISTA TÓPICOS
ISSN 2965-6672 | Qualis A2

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL NO ENSINO TÉCNICO PÚBLICO: UMA REVISÃO DA LITERATURA SOB A PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

SUPERVISED INTERNSHIP AS AN INSTRUMENT OF SOCIAL INCLUSION IN PUBLIC TECHNICAL EDUCATION: A LITERATURE REVIEW FROM THE PERSPECTIVE OF EDUCATIONAL PUBLIC POLICIES

Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas • 03/11/2026

REGISTRO DOI: 10.70773/revistatopicos/793464540

André da Silva Barbosa[1]

Cristina Gomes de Souza[2]

RESUMO

O estágio supervisionado conecta a formação acadêmica e a inserção profissional, no âmbito do ensino médio técnico. A relevância pedagógica do estágio é amplamente reconhecida; entretanto, seu reconhecimento como instrumento de política pública educacional ainda é menos consolidado. Este artigo discute o papel do estágio supervisionado no ensino médio técnico público, como instrumento de política pública educacional com potencial de inclusão social. Metodologicamente, o artigo constitui uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa; baseada em revisão narrativa da literatura sobre educação profissional, estágio supervisionado, inclusão produtiva, desigualdades sociais e políticas públicas. Os resultados mostram potencial para que o estágio seja visto também como um mecanismo de redução de desigualdades e ampliação de oportunidades profissionais. Conclui-se que o estágio, ao ser compreendido como instrumento de política pública, tem grande potencial para promoção de equidade social e inclusão produtiva.

Palavras-chave: Estágio supervisionado; Ensino técnico; Inclusão social; Políticas públicas educacionais; Inserção produtiva.

ABSTRACT

Supervised internships link academic training and entry into the workforce within the context of technical high school education. While the pedagogical relevance of internships is widely recognized, there is less acknowledgement of their importance as a public policy tool aimed at fostering productive and social inclusion. This article discusses the role of supervised internships in public technical high schools as an instrument of educational public policy with the potential to drive social inclusion. Methodologically, this article presents a qualitative bibliographic study based on a narrative literature review covering vocational education, supervised

internships, productive inclusion, social inequalities, and public policy. The analysis indicates that internships have the potential to be viewed also as a mechanism for reducing inequality and expanding professional opportunities. The study concludes that when internships are understood as an instrument of public policy, they hold significant potential for promoting social equity and productive inclusion.
Keywords: Supervised internship; Technical education; Social inclusion; Educational public policy; Productive inclusion.

1. INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado é um elemento central na formação profissional de nível médio técnico, conforme amplo reconhecimento na literatura (Pimenta; Lima, 2012; Costa *et al.*, 2021); até pelo caráter inerentemente prático de tais cursos. A educação profissional e tecnológica, por sua vez, cumpre um importante papel no desenvolvimento econômico e social das parcelas da população às quais se destina. Combinando formação acadêmica e experiência profissional prática, este recurso é capaz de responder simultaneamente tanto às demandas do mercado de trabalho quanto às necessidades de inclusão social de parcelas significativas da população.

Neste cenário o estágio supervisionado estabelece seu papel chave na consolidação do processo pedagógico e do aprendizado no ensino médio técnico. É por meio dele que os estudantes têm a oportunidade de aplicar em situações práticas o conhecimento adquirido em aula, além de ter uma primeira experiência com ambientes laborais reais, estabelecendo assim competências profissionais importantes.

Apesar disso, a compreensão do estágio não deve se limitar à sua função educacional. O estágio supervisionado pode ser entendido como um recurso com um importante papel social, especialmente relevante em cenários sociais marcados por profundas desigualdades econômicas. Nesta situação o acesso a oportunidades profissionais qualificadas frequentemente é fator determinante para o início adequado da jornada trabalhista.

No Brasil ainda é notória a situação de desigualdade no acesso a oportunidades profissionais percebida por grupos socialmente vulneráveis, agravada por fatores econômicos e territoriais (CGI.br, 2025; Gozzi *et al.*, 2024). Tais desigualdades também podem ser identificadas pelos vieses racial e de facilidade de acesso à informação. Neste cenário qualquer mecanismo que mostre potencial de redução de tais disparidades assume importância estratégica.

O valor pedagógico do estágio supervisionado é amplamente reconhecido em literatura, mas não se pode dizer o mesmo de sua análise enquanto instrumento de política pública de inclusão social. Este artigo busca trazer contribuição a esta discussão propondo uma análise da figura do estágio em um contexto mais amplo no ensino técnico público brasileiro.

O objetivo deste artigo é analisar o estágio supervisionado enquanto ferramenta de inclusão social e profissional, discutindo-o como recurso cuja função extrapola o âmbito educacional. Busca-se assim compreender seu potencial de contribuição na redução de desigualdades e no papel social inerente às instituições públicas de ensino médio técnico.

2. METODOLOGIA

O estudo constitui uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa, oriunda de uma revisão narrativa de literatura pertinente.

Foram analisados livros, artigos científicos, relatórios institucionais e teses acadêmicas relacionados à educação profissional e tecnológica, estágio supervisionado, políticas públicas educacionais, inclusão produtiva e desigualdades sociais. Também foram avaliados documentos produzidos por organismos nacionais e internacionais, incluindo UNESCO, CGI.br/Cetic.br, DIEESE, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), bem como legislação brasileira aplicável ao tema.

Esta análise foi dividida em três eixos: a importância pedagógica do estágio supervisionado, as desigualdades estruturais sociais que prejudicam o acesso a oportunidades profissionais e a busca pela compreensão do estágio enquanto instrumento de política pública de inserção social e profissional.

A opção pela revisão narrativa decorre da natureza interdisciplinar do problema investigado. Buscou-se articular contribuições provenientes dos campos da educação profissional, políticas públicas, inclusão produtiva, governança e transformação digital. A revisão narrativa mostra-se apropriada para esse tipo de investigação por permitir uma abordagem ampliada do fenômeno e a integração de diferentes perspectivas teóricas e tipos de evidência (Rother, 2007; Ferrari, 2015 .

Para a composição da revisão foram utilizadas principalmente buscas no Google Scholar e SciELO, complementadas pela consulta a periódicos especializados, repositórios acadêmicos e páginas

institucionais de órgãos públicos e organismos nacionais e internacionais. Também foram consultadas diretamente fontes normativas oficiais sempre que o argumento analisado envolvia legislação ou diretrizes governamentais. Considerando o caráter narrativo da revisão, não foi estabelecido um recorte temporal rígido. Foram priorizadas publicações recentes, sem excluir trabalhos anteriores considerados relevantes para a fundamentação conceitual, obras clássicas e marcos legais necessários à compreensão do tema.

A seleção das fontes considerou como critérios principais a aderência direta aos eixos temáticos do estudo, a relevância acadêmica ou institucional da publicação, a possibilidade de identificação de autoria e procedência e a contribuição do documento para a construção do argumento desenvolvido. Foram priorizados artigos publicados em periódicos científicos, livros acadêmicos, dissertações e teses, relatórios de organismos reconhecidos e documentos oficiais.

Foram considerados trabalhos em português e inglês, de forma a combinar estudos relacionados especificamente à realidade brasileira com contribuições internacionais referentes à educação profissional, governança, inclusão e transformação digital.

A organização analítica das fontes ocorreu por aproximação temática. Os conteúdos foram examinados buscando identificar convergências, complementaridades e relações entre os três eixos previamente definidos: função pedagógica do estágio, desigualdades no acesso às oportunidades profissionais e possibilidade de compreensão do estágio como instrumento de inclusão social e produtiva. À medida que a análise avançou,

aspectos relacionados à governança institucional e à transformação digital mostraram-se relevantes para compreender as condições necessárias à efetivação desse potencial inclusivo.

A revisão narrativa possui limitações inerentes ao próprio método. Diferentemente de uma revisão sistemática, não busca recuperar exaustivamente toda a produção científica disponível nem adota protocolo destinado à reprodução integral da estratégia de busca. A seleção e a interpretação das fontes estão, portanto, sujeitas à influência das escolhas analíticas dos autores. Para reduzir esse efeito, buscou-se explicitar os critérios de seleção, utilizar prioritariamente fontes acadêmicas e institucionais verificáveis e confrontar contribuições provenientes de diferentes campos do conhecimento. Essa estratégia é compatível com recomendações para revisões narrativas que defendem maior transparência no processo de busca e seleção da literatura, mesmo quando não são empregados os procedimentos formais característicos das revisões sistemáticas (Green; Johnson; Adams, 2006; Ferrari, 2015).

3. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO ENSINO TÉCNICO BRASILEIRO

3.1. Aspectos Conceituais e Legais

A Lei nº 11.788/2008 define o estágio como ato educativo escolar supervisionado desenvolvido em ambiente de trabalho, destinado à preparação para o trabalho produtivo. A legislação determina que ele deve estar vinculado ao projeto pedagógico dos cursos que se propõe a complementar, e que sua natureza educacional e de preparo ao trabalho deve ser observada (Brasil, 2008a).

Esta definição legal busca estabelecer o caráter formativo específico do estágio, diferenciando-o de outros vínculos trabalhistas. Busca garantir a função primordial do estágio de integrar a prática aos conhecimentos teóricos, além de experiência profissional.

Esta função é particularmente relevante no contexto da educação profissional e tecnológica, que se fundamenta na articulação entre conhecimento teórico e aplicação prática. O estágio supervisionado é uma etapa imprescindível deste processo pedagógico.

3.2. O Estágio Como Experiência de Aprendizagem

A literatura mostra que é importante para a consistência da aprendizagem que os alunos entendam a correlação que existe entre conceitos e as experiências concretas que os aplicam. Esta relação torna o estágio um ambiente importante para o desenvolvimento de competências técnicas, cognitivas e socioambientais. A articulação entre teoria e prática consolida o conhecimento adquirido em aula (Kolb, 1984; Pimenta; Lima, 2012).

Em um ambiente profissional real o estudante é desafiado com questões em múltiplos âmbitos, que demandam interpretação, tomada de decisão e adaptação a cenários diversos. Este cenário desafiador ensina o aluno a pensar e explorar o conhecimento por diversos ângulos, ampliando o aproveitamento educacional. Também há contribuições para o desenvolvimento de competências comportamentais como trabalho em equipe, comunicação, responsabilidade e autonomia.

4. DESIGUALDADES SOCIAIS E ACESSO A OPORTUNIDADES PROFISSIONAIS

4.1. O Contexto Brasileiro

O Brasil tem um histórico marcado por desigualdades sociais persistentes, que nem os avanços observados nas últimas décadas conseguiram eliminar. Diferenças notórias de renda, escolaridade e acesso a oportunidades ainda podem ser claramente observadas entre diferentes grupos sociais.

Estudos recentes demonstram que a população negra segue lidando com taxas de desemprego e subutilização da força de trabalho superiores às que podem ser observadas em outros grupos étnicos (Dieese, 2024). Situação similar é percebida entre estudantes oriundos de regiões economicamente desfavorecidas, que frequentemente encontram dificuldades maiores no acesso a oportunidades profissionais qualificadas, bem como no acesso à informação e à tecnologia (CGI.br, 2025).

4.2. Inclusão Produtiva e Mobilidade Social

A educação técnica impacta de forma muito positiva o acesso a oportunidades profissionais para jovens que estão entrando no mercado de trabalho. Segundo pesquisas recentes, os egressos do ensino médio técnico percebem melhores níveis de empregabilidade e remuneração quando comparados aos estudantes do ensino médio regular (Corradi *et al.*, 2023).

O estágio supervisionado, sendo parte estratégica do ensino tecnológico, assume portanto papel estratégico neste processo, representando um momento de transição entre formação acadêmica e vivência profissional. Sua relevância extrapola o âmbito educacional, contribuindo de forma direta na mobilidade social e na inclusão profissional.

4.3. O Estágio Supervisionado no Contexto das Políticas Brasileiras de Educação Profissional

A legislação brasileira estabelece uma relação entre educação profissionalizante e trabalho, o que articula a experiência de ensino médio técnico com a entrada do indivíduo na vida produtiva. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a educação profissional e tecnológica deve estar integrada à educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia. Esta lei também determina que a educação profissional pode ser desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, inclusive em espaços de trabalho (Brasil, 1996). Percebe-se portanto que a conexão entre formação escolar e experiência profissional não é um elemento acessório da educação técnica, mas parte integrante de sua estrutura normativa.

A Lei nº 11.892/2008 atribuiu às instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica finalidades que vão além da oferta de educação profissional, abarcando também a articulação com o mundo do trabalho e segmentos sociais. O foco são as atividades de extensão relacionadas à educação profissional e tecnológica, e processos educativos que estimulem a geração de trabalho, renda e cidadania, bem como o desenvolvimento socioeconômico local e regional (Brasil, 2008b).

Esse enfoque amplia os objetivos da educação profissional pública, integrando-a a uma estratégia institucional que conecta educação, produtividade e desenvolvimento social. A inserção profissional dos estudantes pode assim ser entendida como parte integrante das políticas da educação profissional, em especial quando estes integram grupos sociais que historicamente são preteridos no

acesso ao mercado de trabalho. A própria política nacional de educação profissional apresenta exemplos dessa articulação. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), instituído pela Lei nº 12.513/2011, estabeleceu entre seus objetivos a expansão e democratização da oferta de educação profissional técnica, a ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e, posteriormente, a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda (Brasil, 2011).

A estrutura do Pronatec reforça a existência de uma perspectiva de inclusão produtiva nas políticas brasileiras de educação profissional. Informações institucionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação destacam que o programa foi concebido articulando educação profissional com políticas de trabalho, emprego e renda, tendo entre seus públicos prioritários estudantes do ensino médio público e beneficiários de programas de transferência de renda (Brasil, 2011). Essa orientação demonstra que, no campo das políticas públicas brasileiras, a qualificação profissional tem sido tratada não apenas como finalidade educacional, mas também como mecanismo capaz de favorecer a inserção econômica e social.

É nesse ambiente institucional que o estágio supervisionado pode adquirir significado mais amplo. A Lei nº 11.788/2008 estabelece sua natureza de ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho e destinado à preparação do educando para o trabalho produtivo (Brasil, 2008a). Dessa forma, o estágio ocupa uma posição particular entre as dimensões educacional e profissional: permanece juridicamente vinculado ao processo pedagógico, mas sua realização ocorre justamente no ambiente em que

conhecimentos e competências são aplicados em situações concretas de trabalho.

Não se pretende afirmar que a legislação brasileira caracterize formalmente o estágio supervisionado como uma política pública autônoma de inclusão social. A interpretação proposta neste estudo é que o estágio pode funcionar como **instrumento de concretização de objetivos presentes nas políticas de educação profissional,** especialmente aqueles relacionados à articulação entre educação e trabalho, à inclusão produtiva e à ampliação das oportunidades profissionais. Essa distinção é importante para evitar que sejam atribuídas à legislação finalidades que ela não estabelece expressamente.

Sob essa perspectiva, a política de educação profissional fornece o ambiente institucional, enquanto o estágio constitui um dos mecanismos capazes de produzir efeitos concretos sobre a transição entre formação e atividade produtiva. Para estudantes que ainda não possuem experiência profissional ou redes próprias de relacionamento com empregadores, essa transição pode representar uma das etapas mais sensíveis da trajetória educacional. A existência de mecanismos institucionais de intermediação, acompanhamento e orientação pode, portanto, influenciar significativamente as condições em que esses estudantes acessam oportunidades profissionais.

Esse raciocínio também permite distinguir a simples oferta de formação técnica de uma política educacional orientada à inclusão produtiva. A conclusão de um curso aumenta o repertório técnico do estudante, mas não elimina automaticamente barreiras relacionadas à informação, experiência profissional, redes de contato

ou desigualdades socioeconômicas. Quando as instituições educacionais participam ativamente da aproximação entre estudante e ambiente profissional, ampliam as possibilidades de transformar a formação recebida em oportunidades concretas de trabalho.

O estágio supervisionado situa-se justamente nessa fronteira. Sua dimensão pedagógica assegura sua vinculação à formação; sua realização no ambiente profissional cria oportunidade de aplicação do conhecimento e aquisição de experiência; e sua mediação pela instituição de ensino permite que critérios educacionais e sociais sejam incorporados ao processo. Dessa maneira, sua contribuição potencial para a inclusão produtiva deriva não apenas da existência da atividade de estágio, mas também da forma como seu acesso é organizado institucionalmente.

A análise das políticas brasileiras de educação profissional evidencia, portanto, uma trajetória normativa que aproxima educação técnica, trabalho, geração de renda e desenvolvimento social. A LDB estabelece a integração da educação profissional técnica às dimensões do trabalho; a estrutura da Rede Federal associa a educação profissional ao desenvolvimento socioeconômico e à geração de trabalho e renda; e o Pronatec explicita a articulação entre formação profissional e políticas de emprego. Nesse conjunto, o estágio supervisionado pode ser interpretado como um dos mecanismos capazes de materializar essa conexão na trajetória individual dos estudantes. Essa perspectiva oferece fundamento para a discussão desenvolvida a seguir, na qual o estágio é analisado de maneira mais ampla como possível instrumento de política pública de inclusão social.

5. O ESTÁGIO SUPERVISIONADO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO SOCIAL

Embora pensado originalmente como um mecanismo pedagógico de complementação e consolidação do conhecimento do ensino médio técnico, continuar a entender o estágio supervisionado apenas desta forma seria enxergar de forma superficial o seu alcance. O estágio cumpre um importante papel de inclusão produtiva e mobilidade social na educação pública; o que é especialmente importante quando a situação é analisada sob o contexto brasileiro, marcado por desigualdades sociais históricas no acesso à educação, ao trabalho e à renda.

Políticas públicas educacionais não precisam se restringir ao âmbito escolar estrito. Sob um olhar mais amplo elas podem ajudar a criar condições de crescimento pessoal e profissional para os cidadãos, ampliando assim suas possibilidades de participação econômica e social. O estágio supervisionado pode desta forma ser entendido como um elo entre educação, trabalho, cidadania, crescimento humano e inclusão social.

A inserção da parcela mais jovem da população no mercado de trabalho não é prejudicada apenas pela falta de formação, mas também por aspectos como acesso à informação, falta de redes de relacionamento profissional, falta de experiência prévia e condições socioeconômicas desfavoráveis. O estágio atua nesse cenário como um mecanismo de compensação parcial dessas desvantagens, ampliando conhecimentos, experiência e habilidades e melhorando a empregabilidade.

A importância social do estágio torna-se mais evidente quando analisada de acordo com o seu potencial de inclusão produtiva, ou seja, de acordo com a sua capacidade de ampliar as oportunidades de participação econômica que são oferecidas às camadas sociais menos favorecidas. O estágio supervisionado alavanca o acesso a experiências profissionais importantes e melhora as oportunidades profissionais dos estudantes quantitativamente e qualitativamente. Políticas que proporcionam qualificação profissional e intermediação de oportunidades ampliam empregabilidade, e por consequência mobilidade social (Arias Ortiz *et al.*, 2021; OECD, 2020).

Sob essa ótica o estágio pode ser entendido como instrumento de política pública educacional, na medida em que seus benefícios não se limitam ao âmbito escolar. Há impacto em aspectos econômicos e sociais, desde que o acesso igualitário a todas as oportunidades seja entendido como responsabilidade institucional, e portanto garantido.

5.1. Inserção Produtiva e Desenvolvimento Social

A inserção produtiva é um elemento essencial na promoção do desenvolvimento sustentável e na redução das desigualdades sociais. Quando inserido no mercado de trabalho formal o indivíduo pode adquirir autonomia financeira, crescimento pessoal e participação social mais ativa.

É muito comum que o estágio faça o papel de primeira experiência profissional organizada na vida do estudante do ensino médio técnico, o que além de oferecer competências técnicas também começa a construir seu repertório profissional, relacional e de responsabilidade, entre outros.

É importante frisar que tanto a empregabilidade quanto a remuneração dos egressos do ensino médio profissional mostram-se mais expressivas do que os índices percebidos pelos egressos do ensino médio tradicional (Corradi *et al.*, 2023).

A função social do estágio extrapola portanto o âmbito da formação acadêmica, ampliando oportunidades de inserção produtiva e contribuindo assim para redução de desigualdades históricas e viabilizando processos de mobilidade social.

5.2. Governança Institucional e Efetividade das Políticas de Estágio

Para que o estágio supervisionado possa ser plenamente reconhecido enquanto instrumento de política pública de inclusão social, faz-se necessária a discussão sobre mecanismos que o permitam. O cumprimento da legislação e o empenho das instituições envolvidas não são suficientes para que os benefícios do estágio estejam de fato disponíveis a todos os estudantes de maneira ampla e igualitária; para que os resultados sociais almejados sejam atingidos é necessário observar um conjunto de processos de gestão, planejamento e monitoramento que os impactam diretamente, por meio das políticas educacionais envolvidas. Neste contexto a governança assume um papel estratégico (Brasil, 2020; Dantas, 2020).

A governança pública pode ser definida como o conjunto de estruturas e processos que orientam a atuação das organizações públicas a fim de promover transparência, accountability, participação social e eficiência; definindo objetivos, monitorando

resultados e corrigindo desvios continuamente (Brasil, 2020; Colombo *et al.*, 2023).

Quando aplicada à gestão de estágios, esta perspectiva vai ampliar de forma relevante o papel social desempenhado pelas instituições públicas de ensino técnico. O impacto do estágio enquanto política institucional depende de mecanismos eficazes para otimização do fluxo de informações entre estudantes, instituições de ensino e organizações concedentes de vagas, reduzindo assim diferenças históricas no acesso às oportunidades. A literatura sobre a governança da informação mostra que o devido tratamento da informação impacta a capacidade institucional de gestão e seu desempenho (Mohd Nordin *et al.*, 2022).

A governança institucional também ajuda a construir uma cultura organizacional orientada à evolução constante. Com a sistemática avaliação dos processos do estágio, acompanhamento de indicadores e escuta dos públicos envolvidos torna-se possível identificar oportunidades de melhora e adaptação das políticas institucionais às necessidades dos estudantes e exigências do mercado de trabalho, contribuindo para a eficiência da gestão e para uma distribuição mais equitativa das oportunidades (Arias Ortiz *et al.*, 2021).

Dessa forma o estágio supervisionado passa a ser compreendido como um recurso que vai além da função acadêmica, demandando planejamento estratégico, padronização nos processos e acompanhamento constante. Com esse enfoque a discussão extrapola o âmbito pedagógico e adentra o campo dos Sistemas de Gestão, podendo ser a partir daí analisado como objeto de governança organizacional (Dantas, 2020).

A produção de informações que podem oferecer subsídio à tomada de decisão é outro aspecto relevante. A plena compreensão do cenário analisado é de vital importância para a efetividade das políticas públicas, e os programas de estágio podem oferecer dados embasados e importantes por meio de indicadores como perfil socioeconômico dos estudantes atendidos, áreas de formação beneficiadas, percentual e tempo médio de preenchimento das vagas e quantitativo de estudantes posteriormente inseridos no mercado de trabalho. Esta abordagem de gestão, baseada em evidências, possibilitaria uma estruturação muito mais sólida dos processos decisórios, explorando com mais efetividade o potencial de impacto social do estágio (Arias Ortiz *et al.*, 2021; Mohd Nordin *et al.*, 2022).

A transparência é outro princípio de base da governança aplicável às políticas de estágio. A absoluta clareza nos critérios de seleção, nos requisitos necessários, nos prazos envolvidos e nas demais etapas do processo seletivo deve reduzir assimetrias informacionais, ajudando a mitigar desigualdades possivelmente envolvidas no processo (Saldanha; Silva, 2020; Colombo *et al.*, 2023).

Complementando, o princípio da accountability traz a obrigação de prestação de contas por parte das instituições, a respeito dos resultados alcançados por suas políticas de estágio. Assim é possível demonstrar o quanto estas oportunidades de fato contribuíram para aumentar a inserção profissional dos estudantes, reduziram desigualdades de acesso e permitiram que a missão institucional do ensino médio técnico público fosse de fato exercida (Colombo *et al.*, 2023; Saldanha; Silva, 2020).

Percebe-se assim que a efetividade do estágio supervisionado enquanto ferramenta para inclusão social depende fortemente da capacidade institucional de colocar em prática as políticas envolvidas, monitorando seus resultados e adaptando-as continuamente. Uma governança eficaz é condição para que os benefícios sociais e acadêmicos pretendidos pelo estágio sejam de fato alcançados (Brasil, 2020; Dantas, 2020). Esta percepção conduz naturalmente a discussão ao papel das instituições públicas de ensino técnico na formulação de tais políticas.

6. O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO TÉCNICO

As instituições públicas de ensino técnico estão em uma posição estratégica para a atuação em políticas públicas de inclusão social. É sua responsabilidade criar mecanismos para a permanência, acompanhamento e inserção profissional de seus estudantes a fim de que estes possam usufruir plenamente da formação profissional oferecida.

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica democratizou o acesso à educação técnica de qualidade, levando-a a camadas sociais que antes não conseguiam acessá-la. Esse acesso facilitado à educação, porém, não garante a mesma facilidade no acesso às oportunidades profissionais. É importante que as instituições de ensino assumam a responsabilidade de fomentar ativamente a mediação entre os estudantes e as oportunidades oferecidas pelo mercado, reconhecendo no estágio uma das etapas mais importantes desta missão institucional (Brasil, 2008b).

Ao intermediar, acompanhar e divulgar as oportunidades de estágio disponibilizadas pelo mercado e por parceiros institucionais, as escolas técnicas públicas exercem sua função social, ampliando as chances de sucesso profissional do discente. A responsabilidade social das instituições nesse cenário é particularmente importante, dado o contexto de desigualdades e vulnerabilidade das populações que historicamente as procuram.

A atuação institucional na intermediação entre formação e trabalho pode assumir diferentes formas e não precisa se restringir à divulgação de vagas. A construção e manutenção de relações com empresas, organizações públicas e demais atores do ambiente produtivo possibilita às instituições de educação profissional compreender demandas do mercado, identificar oportunidades para seus estudantes e aproximar a formação oferecida das características econômicas e sociais das regiões em que estão inseridas. Essa relação é coerente com as finalidades atribuídas à educação profissional pública, especialmente no âmbito da Rede Federal, em que a legislação destaca a atuação profissional nos diferentes setores da economia, o desenvolvimento socioeconômico local e regional e a articulação da educação profissional com o mundo do trabalho e os segmentos sociais (Brasil, 2008b).

Essa articulação também pode produzir benefícios em sentido inverso. O contato permanente com as organizações que recebem estudantes permite que a instituição obtenha informações sobre competências profissionais demandadas, transformações tecnológicas, novas ocupações e dificuldades percebidas na formação dos futuros trabalhadores. Dessa maneira, a relação com o ambiente profissional passa a constituir também uma fonte de informações para planejamento educacional. A aproximação entre

oferta de formação e demanda por perfis profissionais constitui, inclusive, objeto de iniciativas recentes do Ministério da Educação, como o Monitor de Profissões, que integra informações educacionais e dados do mercado de trabalho para apoiar a identificação de oportunidades relacionadas à educação profissional e tecnológica (MEC, 2025).

O acompanhamento dos estudantes após o ingresso no estágio e, posteriormente, de suas trajetórias profissionais constitui outra dimensão importante dessa responsabilidade institucional. A obtenção da vaga não representa necessariamente o resultado final esperado da política. Questões como permanência no estágio, compatibilidade entre atividades desempenhadas e formação recebida, conclusão satisfatória da experiência, contratação posterior e continuidade da trajetória profissional oferecem informações capazes de demonstrar com maior precisão os efeitos da intermediação realizada pela instituição.

O acompanhamento de egressos pode contribuir, nesse sentido, para reduzir a distância entre os resultados imediatos e os impactos efetivos das políticas educacionais. Uma instituição que conheça o destino profissional de seus estudantes possui melhores condições para avaliar se a formação oferecida está contribuindo para a inserção produtiva e se determinados grupos encontram dificuldades superiores às observadas entre seus pares. O monitoramento dessas trajetórias permite, ainda, identificar diferenças associadas a cursos, regiões, perfis socioeconômicos ou tipos de organizações concedentes, fornecendo elementos para revisão das estratégias adotadas.

A própria gestão da Rede Federal oferece exemplos da crescente utilização de dados e indicadores para acompanhamento institucional. A Plataforma Nilo Peçanha foi estruturada pelo Ministério da Educação para coleta, tratamento e divulgação de dados oficiais da Rede Federal e para o acompanhamento dos indicadores de gestão definidos pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. A plataforma representa uma experiência concreta de organização de informações com finalidade de monitoramento institucional e gestão orientada por evidências (MEC, 2018). Esse modelo demonstra que a produção sistemática de dados não é elemento estranho à educação profissional pública, mas integra progressivamente seus mecanismos de planejamento e avaliação.

A importância desses sistemas não se limita à prestação de contas. Arias Ortiz *et al.* (2021), ao analisarem sistemas de informação e gestão educacional na América Latina e no Caribe, destacam que a integração de informações é fundamental para aumentar a eficiência da gestão e favorecer maior equidade na alocação de recursos. Dados estruturados permitem aos gestores compreender melhor os processos sob sua responsabilidade, detectar problemas e direcionar intervenções para os grupos ou áreas que apresentam maiores necessidades.

Aplicado às políticas institucionais de estágio, esse raciocínio permite propor um conjunto de indicadores que ultrapasse a simples contabilização de vagas divulgadas. Poderiam ser observados, por exemplo, o número de estudantes encaminhados, a proporção de vagas efetivamente preenchidas, o tempo médio entre oferta e ocupação, a distribuição das oportunidades entre cursos e unidades, os perfis dos estudantes beneficiados, a

permanência nas experiências de estágio e os resultados posteriores de inserção profissional. A análise conjunta desses dados permitiria distinguir uma política que apenas movimenta grande quantidade de vagas de outra que efetivamente amplia o acesso e reduz desigualdades.

A utilização de indicadores também oferece condições para identificar situações em que uma política aparentemente bem-sucedida em termos quantitativos pode produzir resultados desiguais. Um crescimento no número total de estágios, por exemplo, não significa necessariamente que estudantes de diferentes perfis estejam sendo beneficiados de maneira semelhante. Caso determinados grupos permaneçam sistematicamente menos representados entre os estudantes encaminhados ou selecionados, os dados podem revelar a necessidade de revisão dos canais de divulgação, critérios de intermediação ou ações de suporte adotadas pela instituição.

Essa perspectiva aproxima a gestão dos estágios de um processo contínuo de avaliação e melhoria. A instituição pode desenvolver capacidade de planejamento, identificando tendências, antecipando dificuldades e estabelecendo estratégias de relacionamento com os setores produtivos. A informação acumulada ao longo do tempo passa, assim, a constituir recurso institucional para a formulação de ações futuras.

Há também uma dimensão territorial nessa atuação. A legislação que instituiu os Institutos Federais atribui especial importância ao fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais e ao mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico das regiões atendidas (Brasil, 2008b). A Rede

Federal, por sua distribuição territorial e interação com empresas e comunidades, encontra-se em posição privilegiada para contribuir para essa aproximação entre formação profissional e demandas regionais.

Nesse contexto, as políticas de estágio podem produzir efeitos que ultrapassam a trajetória individual do estudante. A aproximação sistemática entre instituições de ensino e organizações locais pode favorecer a circulação de conhecimento, a identificação de demandas profissionais e a retenção de trabalhadores qualificados nas regiões em que foram formados. Para a instituição pública, compreender quais setores demandam profissionais, quais competências estão em transformação e quais cursos apresentam maior dificuldade de inserção pode oferecer subsídios tanto para as políticas de estágio quanto para decisões de planejamento educacional.

Dessa forma, a responsabilidade institucional relacionada ao estágio supervisionado pode ser compreendida em uma perspectiva mais ampla: divulgar oportunidades constitui apenas uma das etapas de um processo que também envolve articulação com o ambiente produtivo, acompanhamento das experiências, geração de informações, avaliação de resultados e utilização das evidências obtidas para aperfeiçoar continuamente as políticas educacionais. É a partir dessa capacidade institucional que o estágio pode se aproximar efetivamente de seu potencial como instrumento de inclusão produtiva e desenvolvimento social.

6.1. O Desafio da Equidade no Acesso às Oportunidades

É possível promover acesso às vagas de estágio de maneira formalmente igual a todos, mas ainda assim não se pode garantir que esteja sendo promovida equidade de fato. É preciso levar em consideração que o acesso é influenciado por fatores como contexto social, acesso à informação e à tecnologia.

Por essa razão é importante que políticas educacionais que buscam equidade considerem os obstáculos que dificultam o acesso de determinados grupos sociais a tais oportunidades. As ações necessárias podem abranger a ampliação de canais de divulgação, bem como acompanhamento e suporte dos estudantes mais vulneráveis.

A promoção da equidade exige o reconhecimento da existência de desigualdades prévias, e ações para compensá-las. O estágio supervisionado pode ter um papel de grande importância nesse processo, quando pensado como parte de uma estratégia de inclusão social.

7. TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ESTÁGIO

A transformação digital traz novos recursos e tecnologias que ampliam as possibilidades de gestão e oferta de oportunidades de estágio. A intermediação de vagas entre estudantes, instituições de ensino, empresas e instituições ganha eficiência e agilidade por meio de plataformas digitais dedicadas. Essas ferramentas apresentam um enorme potencial para inclusão social e redução de assimetrias entre os candidatos a vagas de estágio, centralizando e disponibilizando informações relevantes para todos os estudantes, inclusive os que não têm o auxílio de redes informais de contato.

A divulgação e seleção com base em sistemas digitais também oferecem maior transparência, permitindo processos auditáveis e equitativos e tornando mais sólida sua contribuição para a redução de assimetrias informacionais e para a democratização no acesso a oportunidades profissionais (Dantas, 2020; Colombo *et al.*, 2023). Estas soluções não podem, no entanto, ser consideradas definitivas no tocante à questão da desigualdade. A exclusão digital ainda é uma realidade para grande parte da população brasileira, de forma que estratégias tecnológicas não acompanhadas de políticas de acessibilidade e inclusão seguirão sendo apenas parcialmente eficazes, perpetuando desigualdades (CGI.br, 2025; UNESCO, 2025).

A condição para que a transformação digital produza os impactos positivos esperados é obrigatoriamente a integração com modelos de governança embasados em equidade e transparência.

7.1. Plataformas Digitais Como Instrumentos de Governança para Democratização do Acesso Ao Estágio

O uso de plataformas digitais para a gestão dos processos de estágio não deve ser entendido como simples migração de procedimentos para o meio virtual. A transformação digital implica mudanças nos fluxos internos, nos serviços oferecidos e na forma como as organizações se relacionam com seu público, extrapolando assim a simples migração de meio de execução das atividades envolvidas (Mergel; Edelmann; Haug, 2019; Verhoef *et al.*, 2021). Dessa forma uma plataforma digital para intermediação de vagas de estágio pode assumir também funções relacionadas a governança, transparência e acompanhamento de políticas institucionais relacionadas.

Essa perspectiva é especialmente importante no setor público. O modelo de governo digital proposto pela OECD (2020) considera o uso estratégico de dados, a ideia de governo como plataforma, a disponibilidade das informações e o planejamento dos serviços com base na necessidade dos usuários. É um enfoque que leva as possibilidades de uma plataforma institucional de intermediação de estágios além da publicação de oportunidades. Sua função pode compreender a integração entre estudantes, instituição de ensino e organizações concedentes, centralizando informações que anteriormente poderiam estar dispersas entre diferentes setores, canais de comunicação e procedimentos administrativos. Ao organizar esses fluxos, a ferramenta pode contribuir para maior padronização, rastreabilidade e transparência dos processos.

A centralização das informações apresenta particular importância diante das assimetrias informacionais discutidas anteriormente neste trabalho. Quando as oportunidades circulam predominantemente por canais informais ou dependem de contatos individuais, parte dos estudantes pode ter acesso privilegiado às informações enquanto outros permanecem em situação desfavorável. Uma plataforma institucional de caráter público pode contribuir para reduzir essa desigualdade ao disponibilizar as oportunidades por meio de um canal comum, estruturado e sujeito a regras institucionais.

Esse aspecto permite distinguir, conceitualmente, uma plataforma pública de intermediação de estágios de plataformas comerciais de recrutamento. Estas últimas cumprem papel relevante na aproximação entre candidatos e empregadores, mas operam prioritariamente segundo a lógica própria do mercado de trabalho e de seus modelos de negócio. Uma plataforma mantida por uma

instituição pública de ensino pode incorporar objetivos adicionais relacionados à política educacional, à equidade, ao acompanhamento pedagógico e à produção de valor público. Dessa forma, critérios como alcance entre diferentes perfis de estudantes, transparência dos encaminhamentos e capacidade de monitorar resultados sociais tornam-se tão importantes quanto o número absoluto de vagas disponibilizadas.

A governança digital oferece fundamentos importantes para essa ampliação de finalidade. Dantas (2020) destaca a importância do uso de mecanismos digitais na avaliação de desempenho e aprimoramento da gestão institucional no âmbito da governança digital em instituições federais de ensino.

Uma das contribuições mais relevantes que pode ser oferecida por uma plataforma digital é a oferta de dados estruturados referentes ao processo de intermediação. Entre as informações possíveis estão a quantidade e características das vagas, cursos contemplados, perfil dos estudantes encaminhados, tempo médio para preenchimento de vagas e diversas outras. Tal disponibilidade propicia a criação de indicadores para análise da efetividade e impacto real das políticas de estágio.

A OECD (2020) entende a orientação por dados como uma das bases do governo digital, e ressalta que informações gerenciadas de maneira adequada podem se tornar ativos estratégicos importantes para a tomada de decisão e consequente evolução na qualidade dos serviços públicos. Na área da educação, sistemas de informação têm grande potencial para melhorar a compreensão sobre os processos envolvidos, identificar dificuldades e otimizar a distribuição de recursos.

Quando aplicada às políticas de estágio tal capacidade poderia ajudar, por exemplo, a identificar os cursos mais e menos contemplados por oferta de vagas, entender quais grupos de estudantes têm dificuldades com a inserção, listar empresas que oferecem mais vagas ou períodos de maior demanda. A análise destas informações oferece insumos para o planejamento futuro, fortalecendo a já citada gestão baseada em evidências.

Outro aspecto relevante está relacionado à transparência. A organização das informações em uma plataforma institucional permite tornar mais claros os requisitos das vagas, critérios de encaminhamento, prazos e etapas dos processos. Essa característica aproxima a ferramenta de princípios contemporâneos de governo digital, segundo os quais abertura, acesso à informação e foco nas necessidades dos usuários devem integrar o próprio desenho dos serviços públicos digitais (OECD, 2020).

A plataforma também pode ampliar a capacidade institucional de acompanhamento da experiência de estágio. O registro não precisa se encerrar no momento em que uma vaga é preenchida. Informações provenientes dos estudantes, professores orientadores e organizações concedentes podem oferecer elementos para avaliar a qualidade das experiências profissionais, a adequação das atividades às competências desenvolvidas nos cursos e os resultados percebidos após a conclusão do estágio. Dessa forma, estabelece-se um ciclo de informação que pode retroalimentar tanto a política de estágios quanto decisões relacionadas à própria formação profissional.

Entretanto, a presença da tecnologia não garante, por si só, melhores resultados. Mergel, Edelmann e Haug (2019) destacam que

a transformação digital implica mudanças organizacionais mais amplas e depende da revisão dos processos e das relações entre os atores envolvidos. Assim, uma plataforma que apenas reproduza digitalmente fluxos administrativos ineficientes poderá conservar parte significativa dos problemas existentes em vez de solucioná-los.

Da mesma forma, a utilização de recursos digitais precisa estar subordinada às finalidades públicas que justificam sua adoção. No caso da gestão de estágios em instituições públicas de ensino técnico, essas finalidades incluem não apenas eficiência administrativa, mas também ampliação de acesso, redução de assimetrias informacionais, transparência e promoção da equidade. A tecnologia deve funcionar como meio para alcançar esses objetivos, e não como objetivo autônomo da política institucional.

Percebe-se, portanto, que plataformas digitais de intermediação de estágios podem ser compreendidas como componentes da própria estrutura de governança das instituições de ensino. Ao integrar atores, registrar processos, organizar informações e produzir indicadores, esses ambientes podem fortalecer a capacidade institucional de acompanhar e aperfeiçoar suas políticas de inserção profissional. Sob essa perspectiva, a transformação digital, governança e inclusão social deixam de constituir temas independentes e passam a integrar uma mesma estratégia institucional voltada à democratização das oportunidades profissionais.

7.2. Desafios Contemporâneos para a Democratização do Acesso Ao Estágio

Embora as plataformas digitais ofereçam possibilidades relevantes para ampliar o alcance e a transparência das políticas de estágio, a utilização da tecnologia não elimina automaticamente as desigualdades existentes entre os estudantes. A digitalização de um serviço pode inclusive reproduzir ou criar novas barreiras quando diferenças de acesso a equipamentos, conectividade, acessibilidade ou competências digitais não são consideradas durante sua concepção. Por essa razão, a democratização do acesso às oportunidades profissionais depende não apenas da existência de uma plataforma, mas das condições efetivas de utilização oferecidas aos diferentes públicos.

A desigualdade no acesso às tecnologias digitais permanece significativa no Brasil. Dados da pesquisa TIC Domicílios 2024 demonstram que apenas 34% dos domicílios brasileiros possuíam computador. Essa proporção apresentava diferenças expressivas segundo renda, localização e classe social: entre domicílios situados em áreas rurais, o percentual era de 14%, enquanto nos domicílios de classe DE correspondia a 11%, frente a 97% na classe A (CGI.br, 2025). Esses números mostram que a disponibilidade de conexão à Internet, isoladamente, não significa necessariamente igualdade nas condições de utilização dos serviços digitais.

A forma de acesso também constitui elemento relevante. Entre os usuários brasileiros de Internet pesquisados em 2024, 60% utilizavam exclusivamente o telefone celular, enquanto apenas 40% faziam uso combinado de celular e computador. Nas áreas rurais, a proporção de usuários que acessavam a Internet somente por telefone celular alcançava 82% (CGI.br, 2025). Dessa forma, uma plataforma de intermediação de estágios concebida prioritariamente para computadores pessoais, ou que exija conexão

constante e transferência de arquivos de grande volume, pode criar dificuldades justamente para grupos que já enfrentam maiores barreiras socioeconômicas.

Esses dados reforçam a necessidade de que soluções digitais voltadas à inclusão produtiva adotem princípios de desenvolvimento compatíveis com diferentes dispositivos e condições de conectividade. Interfaces responsivas, formulários simples, redução da quantidade de dados necessários para carregamento, possibilidade de retomada de procedimentos interrompidos e comunicação adaptada ao uso por dispositivos móveis constituem exemplos de escolhas técnicas que podem produzir implicações sociais relevantes. Nesse contexto, usabilidade e eficiência tecnológica passam a constituir elementos imprescindíveis relacionados à equidade de acesso.

A acessibilidade constitui outra dimensão indispensável dessa discussão. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência determina a acessibilidade dos sítios mantidos por órgãos governamentais, de modo a garantir acesso às informações disponíveis às pessoas com deficiência, seguindo as melhores práticas e diretrizes internacionais (Brasil, 2015). Essa exigência é importante em plataformas públicas destinadas a estudantes, considerando que barreiras tecnológicas podem excluir usuários justamente de uma política cujo objetivo declarado seja ampliar oportunidades.

No campo técnico, as Web Content Accessibility Guidelines — WCAG 2.2, publicadas pelo World Wide Web Consortium, estabelecem diretrizes internacionais para desenvolvimento de conteúdo web acessível (W3C, 2023). A observância desses princípios envolve

aspectos como navegação por teclado, contraste adequado, descrição textual de conteúdos visuais, estruturação apropriada das páginas e compatibilidade com tecnologias assistivas. Incorporar acessibilidade desde a concepção da plataforma evita que adaptações posteriores sejam tratadas como elementos acessórios e contribui para que diferentes estudantes possam utilizar o serviço em condições mais próximas de igualdade.

Além das condições de acesso, a digitalização da gestão de estágios amplia a quantidade e a relevância das informações pessoais tratadas pelas instituições. Uma plataforma desse tipo pode reunir dados de identificação, formação acadêmica, histórico de candidaturas, informações profissionais e, dependendo de seu desenho, características socioeconômicas utilizadas no acompanhamento de políticas de equidade. Esse cenário torna a proteção de dados pessoais um componente da própria governança do sistema.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais estabelece princípios como finalidade, adequação, necessidade, transparência, segurança, prevenção, não discriminação e responsabilização e prestação de contas (Brasil, 2018). Aplicados a uma plataforma pública de intermediação de estágios, esses princípios significam que a coleta de informações deve estar vinculada a finalidades institucionais claras, limitando-se aos dados necessários para o funcionamento do serviço e para os objetivos legítimos de acompanhamento da política.

O princípio da necessidade possui especial importância nesse contexto. A possibilidade técnica de coletar e armazenar grandes quantidades de dados não representa justificativa suficiente para

que isso seja feito. A definição dos campos de cadastro e das informações utilizadas nos processos de intermediação deve considerar previamente sua real utilidade, evitando o tratamento excessivo de dados e reduzindo os riscos associados ao armazenamento desnecessário.

Transparência também adquire significado particular nesse processo. O estudante deve ser capaz de compreender quais informações estão sendo coletadas, para quais finalidades serão utilizadas, por quanto tempo permanecerão armazenadas e em quais circunstâncias poderão ser compartilhadas com organizações concedentes. No âmbito do Poder Público, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados destaca a necessidade de conciliar a execução eficiente das políticas e serviços públicos com a observância dos direitos relacionados à privacidade e à proteção dos dados pessoais (ANPD, 2022).

Outro desafio contemporâneo decorre do avanço dos recursos de automação e inteligência artificial aplicados ao recrutamento profissional. Sistemas capazes de recomendar vagas, classificar candidatos ou identificar compatibilidade entre perfis podem, em princípio, contribuir para processar grandes volumes de informações e tornar a intermediação mais ágil. Entretanto, a adoção desses mecanismos também introduz questões relacionadas à equidade e à possibilidade de reprodução de padrões discriminatórios.

Estudos sobre utilização de algoritmos em recrutamento demonstram que processos automatizados não são necessariamente neutros. Köchling e Wehner (2020), em revisão sistemática sobre decisão algorítmica no recrutamento e desenvolvimento de recursos humanos, identificam riscos de

tratamento desigual, discriminação implícita e percepção de injustiça associados a determinados sistemas automatizados. Raghavan *et al.* (2020), ao analisarem ferramentas de avaliação algorítmica utilizadas em processos de contratação, também chamam atenção para as escolhas envolvidas na construção dos modelos, nos dados utilizados e nos critérios adotados para avaliação de vieses.

Esse problema é especialmente relevante quando a finalidade da política institucional envolve a redução de desigualdades. Um mecanismo de recomendação construído exclusivamente a partir de padrões históricos pode aprender relações produzidas em um mercado de trabalho já marcado por diferenças sociais e reproduzi-las nas recomendações futuras. Variáveis aparentemente neutras podem também funcionar como indicadores indiretos de características socioeconômicas, territoriais ou pessoais, introduzindo efeitos discriminatórios mesmo quando essas características não sejam explicitamente utilizadas pelo sistema.

Isso não significa que recursos automatizados devam ser descartados, mas que sua utilização exige governança adequada. Critérios de recomendação ou ranqueamento precisam ser compreensíveis e passíveis de avaliação, os resultados devem ser monitorados e mecanismos de supervisão humana devem permanecer disponíveis para situações em que decisões automatizadas possam produzir efeitos relevantes sobre os estudantes. A preocupação com equidade precisa, portanto, fazer parte tanto do projeto técnico quanto dos processos institucionais responsáveis pela utilização dessas ferramentas.

A própria LGPD reforça essa perspectiva ao incluir entre seus princípios a não discriminação e a responsabilização. Dessa forma, uma instituição pública que utilize dados para melhorar a intermediação de oportunidades precisa observar não apenas se o tratamento é tecnicamente eficiente, mas também se os procedimentos adotados podem produzir impactos desiguais sobre diferentes grupos de estudantes.

Os desafios relacionados à exclusão digital, acessibilidade, proteção de dados e automação demonstram que a transformação digital precisa ser acompanhada por mecanismos contínuos de avaliação. Uma plataforma criada com finalidade inclusiva pode produzir resultados contrários aos pretendidos caso suas escolhas técnicas gerem novas barreiras ou reproduzam desigualdades existentes. A avaliação dos resultados deve, por isso, considerar, além dos indicadores de eficiência, também indicadores capazes de revelar quem está efetivamente acessando e se beneficiando das oportunidades.

Nesse sentido, a democratização digital do acesso ao estágio depende da integração entre tecnologia e governança. A plataforma deve ser acessível a diferentes condições de uso, respeitar os direitos dos titulares dos dados, permitir transparência nos processos e ser continuamente avaliada quanto aos impactos produzidos sobre diferentes perfis de estudantes. A tecnologia assume, assim, caráter instrumental: sua contribuição para a inclusão social depende diretamente dos valores, critérios e mecanismos de governança incorporados ao seu desenho e à sua utilização institucional.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou analisar o estágio supervisionado no ensino médio técnico público sob uma perspectiva ampliada, ultrapassando sua compreensão exclusivamente pedagógica para discutir seu potencial como instrumento de inclusão social e produtiva. A revisão da literatura demonstrou que o estágio ocupa posição estratégica na articulação entre formação acadêmica e experiência profissional, contribuindo para o desenvolvimento de competências e para a transição dos estudantes ao mercado de trabalho.

A análise também evidenciou, entretanto, que os benefícios associados ao estágio não são distribuídos de maneira automaticamente equitativa. Fatores socioeconômicos, territoriais, informacionais e tecnológicos podem afetar de maneira desigual as condições de acesso às oportunidades profissionais. Dessa forma, a simples existência de vagas ou de mecanismos formais de encaminhamento não é suficiente para assegurar que diferentes grupos de estudantes tenham possibilidades semelhantes de participação.

Sob essa perspectiva, uma das principais conclusões do estudo é que o potencial inclusivo do estágio depende diretamente da forma como sua gestão é estruturada pelas instituições de ensino. A governança institucional assume, portanto, papel central. Planejamento, transparência, definição de responsabilidades, produção de indicadores, monitoramento de resultados e accountability constituem elementos importantes para transformar a gestão de estágios de uma atividade predominantemente administrativa em uma política institucional orientada por objetivos educacionais e sociais.

A análise das políticas brasileiras de educação profissional reforça essa interpretação. A legislação referente à Educação Profissional e Tecnológica estabelece relações explícitas entre educação, trabalho, geração de renda e desenvolvimento socioeconômico. Nesse contexto, o estágio supervisionado pode ser compreendido como um dos mecanismos capazes de concretizar essa articulação na trajetória individual dos estudantes, sem que isso implique considerá-lo formalmente uma política pública autônoma. Sua contribuição decorre da capacidade de aproximar formação e atividade produtiva dentro de uma estrutura institucional orientada ao desenvolvimento educacional e social.

As instituições públicas de ensino técnico ocupam posição estratégica nesse processo. Sua atuação pode incluir a construção de relações com organizações concedentes, acompanhamento das experiências, monitoramento das trajetórias profissionais, produção de dados e utilização de indicadores para aperfeiçoamento das políticas institucionais. Essa atuação também pode contribuir para aproximar a formação profissional das características econômicas e sociais das regiões atendidas, reforçando a relação entre educação técnica e desenvolvimento local.

A transformação digital amplia significativamente as possibilidades de realização dessas funções. Plataformas digitais de intermediação de estágios podem integrar estudantes, instituições e organizações concedentes, centralizar informações, registrar processos e produzir dados que apoiem decisões futuras, podendo tornar-se componente importante da própria estrutura de governança institucional.

Essa interpretação permite distinguir o papel potencial de uma plataforma pública de intermediação de estágios daquele

desempenhado por plataformas comerciais de recrutamento. Enquanto estas podem concentrar sua atuação na aproximação entre oferta e demanda de trabalho, uma solução institucional pública pode incorporar também objetivos educacionais e sociais, como equidade, transparência, acompanhamento das experiências, produção de indicadores e avaliação dos resultados alcançados pelos diferentes grupos de estudantes.

Ao mesmo tempo, a análise demonstrou que a tecnologia não deve ser compreendida como solução automática para as desigualdades existentes. Diferenças de acesso a equipamentos e conectividade, acessibilidade para pessoas com deficiência, proteção de dados pessoais e eventuais mecanismos automatizados de recomendação ou seleção podem criar novas barreiras ou reproduzir desigualdades previamente existentes. A transformação digital somente contribui para a democratização das oportunidades quando suas escolhas técnicas e organizacionais estão subordinadas a princípios de equidade, transparência, proteção de direitos e governança responsável.

Dessa maneira, a principal contribuição teórica deste estudo reside na articulação entre estágio supervisionado, inclusão produtiva, governança institucional e transformação digital. O potencial social do estágio não decorre apenas de sua existência enquanto experiência formativa, mas também da capacidade das instituições de organizar o acesso às oportunidades, acompanhar resultados e utilizar informações para aperfeiçoar continuamente suas ações. Essa perspectiva desloca a discussão do estágio do plano exclusivamente pedagógico para um campo mais amplo de gestão pública educacional.

Do ponto de vista prático, os resultados discutidos indicam a importância da criação de mecanismos institucionais capazes de acompanhar não somente a quantidade de vagas disponibilizadas, mas também quem tem acesso a essas oportunidades, quais grupos enfrentam maiores dificuldades, quais resultados são obtidos após a experiência e em que medida as ações realizadas contribuem para reduzir desigualdades. Indicadores voltados ao alcance, à eficiência operacional, à equidade e à inserção profissional podem fornecer subsídios para decisões mais consistentes e para a prestação de contas sobre os resultados das políticas institucionais.

Como limitação, este trabalho possui natureza bibliográfica e utiliza uma revisão narrativa, não tendo como objetivo mensurar empiricamente os efeitos do estágio sobre a inclusão social nem avaliar uma instituição ou plataforma específica. As conclusões apresentadas decorrem da articulação crítica entre literatura acadêmica, legislação e documentos institucionais e devem ser aprofundadas por investigações empíricas.

Para estudos futuros, recomenda-se avaliar, em contextos reais de instituições públicas de ensino técnico, como diferentes modelos de intermediação de estágios impactam o acesso às oportunidades profissionais. Também se mostra relevante investigar indicadores capazes de mensurar diferenças entre grupos de estudantes, efeitos da utilização de plataformas digitais sobre assimetrias informacionais, percepção dos diferentes stakeholders e resultados posteriores de inserção profissional. Estudos dessa natureza poderão contribuir para verificar empiricamente em que medida os mecanismos de governança e transformação digital discutidos neste artigo conseguem efetivamente converter o estágio

supervisionado em instrumento de promoção da equidade e da inclusão produtiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIAS ORTIZ, Elena; EUSEBIO, Javier; PÉREZ ALFARO, Marcelo; VÁSQUEZ, Madiery; ZOIDO, Pablo. Education Management and Information Systems (SIGEDs) in Latin America and the Caribbean: the road to the digital transformation of education management. Washington, DC: Inter-American Development Bank, 2021. https://doi.org/10.18235/0003345.

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD). Guia orientativo: tratamento de dados pessoais pelo Poder Público. Versão 1.0. Brasília, DF: ANPD, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/guia-poder-publico-anpd-versao-final.pdf. Acesso em: 28 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 set. 2008a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 28 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 dez. 2008b. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 28 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 out. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm. Acesso em: 28 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 28 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 28 set. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 28 set. 2026.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Referencial básico de governança organizacional para organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU. 3. ed. Brasília, DF: TCU, 2020. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?

fileId=8A81881E7385A206017387F0D08960C4. Acesso em: 16 set. 2026.

COLOMBO, Paulo Keese; SILVA, Marcelo Ribeiro; FONSECA, Letícia Rodrigues da; RODRIGUES, Tatiana Barbosa. Accountability: uma análise sobre as práticas de governança pública em uma universidade federal. Revista de Gestão e Secretariado, v. 14, n. 8, p. 12608–12633, 2023. https://doi.org/10.7769/gesec.v14i8.2433.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI.br). Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2024. São Paulo: CGI.br, 2025. Disponível em: https://cetic.br/pt/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-das-tecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2024/. Acesso em: 28 set. 2026.

CORRADI, Lígia Lóss; FRANCO, Samuel; ROSALÉM, Andrezza; BARROS, Ricardo Paes de; MACHADO, Laura Muller. Impacto da educação técnica sobre a empregabilidade e a remuneração. Rio de Janeiro: Autografia, 2023. 184 p. ISBN 978-85-518-5338-2.

COSTA, Temilson; BRASILEIRO FILHO, Samuel; LEMOS, Pedro Bruno Silva. Practice influencing formation and learning in Professional and Technological Education. Research, Society and Development, v. 10, n. 6, e45610615895, 2021. https://doi.org/10.33448/rsd-v10i6.15895.

DANTAS, Alécio Henrique. Governança digital: um framework para avaliação de desempenho nas instituições federais de ensino superior brasileiras. 2020. 136 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Organizacional) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020. https://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.851.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). Apesar dos avanços, desigualdade racial de rendimentos persiste. Boletim Especial – Dia da Consciência Negra. São Paulo: DIEESE, 20 nov. 2024. Disponível em: https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/boletimEspecialConscienciaNegra2024.pdf. Acesso em: 15 out. 2026.

FERRARI, Rossella. Writing narrative style literature reviews. Medical Writing, v. 24, n. 4, p. 230–235, 2015. https://doi.org/10.1179/2047480615Z.000000000329.

GOZZI, Nicolò; COMINI, Niccolò; PERRA, Nicola. Bridging the digital divide: mapping Internet connectivity evolution, inequalities, and resilience in six Brazilian cities. EPJ Data Science, v. 13, art. 69, 2024. https://doi.org/10.1140/epjds/s13688-024-00508-8.

GREEN, Bart N.; JOHNSON, Claire D.; ADAMS, Alan. Writing narrative literature reviews for peer-reviewed journals: secrets of the trade. Journal of Chiropractic Medicine, v. 5, n. 3, p. 101–117, 2006. https://doi.org/10.1016/S0899-3467(07)60142-6.

KÖCHLING, Alina; WEHNER, Marius Claus. Discriminated by an algorithm: a systematic review of discrimination and fairness by algorithmic decision-making in the context of HR recruitment and HR development. Business Research, v. 13, p. 795–848, 2020. https://doi.org/10.1007/s40685-020-00134-w.

KOLB, David A. Experiential learning: experience as the source of learning and development. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1984. 256 p.

MERGEL, Ines; EDELMANN, Noella; HAUG, Nathalie. Defining digital transformation: results from expert interviews. Government Information Quarterly, v. 36, n. 4, art. 101385, 2019. https://doi.org/10.1016/j.giq.2019.06.002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Monitor de Profissões. Brasília, DF: MEC, 2025. Disponível em: https://monitordeprofissoes.mec.gov.br. Acesso em: 28 set. 2026.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Plataforma reunirá dados sobre o ensino técnico e tecnológico. Brasília, DF: MEC, 5 jan. 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/plataforma-reunira-dados-sobre-o-ensino-tecnico-e-tecnologico. Acesso em: 28 set. 2026.

MOHD NORDIN, Nordiana; MAT ISA, Azman; SAMSUDIN, Ahmad Zam Hariro; AHMAD, Abdul Rahman. Information Governance for Enhancing the Performance of Higher Education Institutions. Environment-Behaviour Proceedings Journal, v. 7, SI10, p. 135–139, 2022. https://doi.org/10.21834/ebpj.v7iSI10.4115.

OECD. The OECD Digital Government Policy Framework: six dimensions of a digital government. OECD Public Governance Policy Papers, n. 2. Paris: OECD Publishing, 2020. https://doi.org/10.1787/f64fed2a-en.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

RAGHAVAN, Manish; BAROCAS, Solon; KLEINBERG, Jon; LEVY, Karen. Mitigating bias in algorithmic hiring: evaluating claims and practices. In: ACM CONFERENCE ON FAIRNESS, ACCOUNTABILITY,

AND TRANSPARENCY, 2020, Barcelona. Proceedings [...]. New York: ACM, 2020. p. 469–481. https://doi.org/10.1145/3351095.3372828.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática x revisão narrativa. Acta Paulista de Enfermagem, v. 20, n. 2, p. v–vi, 2007. https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001.

SALDANHA, Douglas Morgan Fullin; SILVA, Marcela Barbosa da. Transparência e accountability de algoritmos governamentais: o caso do sistema eletrônico de votação brasileiro. Cadernos EBAPE.BR, v. 18, n. esp., p. 697–712, 2020. https://doi.org/10.1590/1679-395120190023.

UNESCO. Technology-enabled Open Schools for All in Brazil. Paris: UNESCO, 23 maio 2025. Disponível em: https://www.unesco.org/en/articles/technology-enabled-open-schools-all-brazil. Acesso em: 15 out. 2026.

VERHOEF, Peter C.; BROEKHUIZEN, Thijs; BART, Yakov; BHATTACHARYA, Abhi; DONG, John Qi; FABIAN, Nicolai; HAENLEIN, Michael. Digital transformation: a multidisciplinary reflection and research agenda. Journal of Business Research, v. 122, p. 889–901, 2021. https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.09.022.

WORLD WIDE WEB CONSORTIUM (W3C). Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) 2.2. W3C Recommendation, 5 out. 2023. Disponível em: https://www.w3.org/TR/WCAG22/. Acesso em: 28 set. 2026.

---

[1] Analista de Sistemas no CEFET-RJ. Pós-graduado em Análise, Gerência e Projeto de Sistemas pela UNESA e Mestrando em

Sistemas de Gestão pelo LATEC/UFF. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail. CEFET/RJ - Av. Maracanã, 229, Maracanã, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20271-110.

[2] Professora titular no CEFET-RJ. Mestre e Doutora em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ. E-mail: acesse o artigo original para visualizar o e-mail. CEFET/RJ - Av. Maracanã, 229, Maracanã, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20271-110.